

SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL:

[LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991](#) - Lei orgânica da seguridade social.

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

[LEI Nº 8.560, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992](#) - Investigação de Paternidade.

Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências.

[LEI Nº 9.787, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1999](#) – Medicamentos Genéricos.

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências.

[LEI Nº 8.842, DE 4 DE JANEIRO DE 1994](#) – Política Nacional do Idoso.

Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.

[LEI Nº 9.961 DE 28 DE JANEIRO DE 2000](#) - Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS

Cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e dá outras providências.

[LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990](#) – Saúde.

Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

[LEI Nº 8.142, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990](#) – SUS – Sistema Único de Saúde.

Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

[LEI Nº 6.259, DE 30 DE OUTUBRO DE 1975](#) - Programa Nacional de Imunizações.

Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências.

[LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993](#) - Organização da Assistência Social.

Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

[LEI Nº 9.807, DE 13 DE JULHO DE 1999](#) - Assistência às vítimas e Testemunhas.

Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.

[LEI Nº 9.077, DE 10 DE JULHO DE 1995](#) – Combate à Fome e à Miséria.

Autoriza o Poder Executivo a utilizar estoques públicos de alimentos no combate à fome e à miséria.

[LEI Nº 9.533, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997](#) – Apoio e assistência socioeducativa.

Autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro aos Municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas.

[LEI Nº 8.009, DE 29 DE MARÇO DE 1990](#) - Impenhorabilidade do bem de família.

Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.

[LEI Nº 8.971, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1994](#) - Regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão.

[LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991](#) - **Planos de Benefícios da Previdência Social.**
Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

[LEI Nº 10.742, DE 6 DE OUTUBRO DE 2003](#) - **Regulação do Setor Farmacêutico.**
Define normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED e altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências.

HIV:

[LEI Nº 7.670, DE 8 DE SETEMBRO DE 1988](#) – **Benefícios aos portadores da AIDS.**
Estende aos portadores da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - SIDA/AIDS os benefícios que especifica e dá outras providências.

[PORTARIA Nº 1.015/GM Em 27 de maio de 2004](#) - Acesso aos procedimentos de contagem de linfócitos e qualificação da carga viral do HIV.

[LEI Nº 9.313, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1996](#) – **Distribuição de medicamentos/HIV.**
Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS.

ACESSO À JUSTIÇA:

[LEI Nº 1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950](#) – **Assistência Judiciária.**
Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.

[LEI COMPLEMENTAR Nº 80, DE 12 DE JANEIRO DE 1994](#) – **Organiza a Defensoria Pública**
Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências.

[LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995](#) – **Lei dos Juizados Especiais.**
Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

CIDADANIA:

[LEI Nº 4.319, DE 16 DE MARÇO DE 1964](#) - **Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.**
Cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

[LEI Nº 5.553, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1968](#) - **Documentos de identificação pessoal.**
Dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal.

[LEI Nº 8.935, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994](#) – **Lei dos Cartórios.**
Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispendo sobre serviços notariais e de registro.

[LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995](#) – **Documentos.**
Faculta o registro, nos documentos pessoais de identificação, das informações que especifica.

[LEI Nº 9.051, DE 18 DE MAIO DE 1995](#) – **Certidões para defesa dos direitos.**
Dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações.

[LEI Nº 9.265, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1996](#) – **Cidadania a todos.**
Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispendo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.

EDUCAÇÃO E CULTURA:

[LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996](#) - **Bases da educação Nacional.**
Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003 – Educação Nacional.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991 – Pronac.

Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.

LEI Nº 8.436, DE 25 DE JUNHO DE 1992 - Programa de Crédito Educativo à estudantes.

Institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes.

LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001 - Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

TRABALHO:

LEI Nº 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989 - Direito de Greve. Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.

LEI Nº 9.777, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1998 - Trabalho escravo. Lei

Altera os arts. 132, 203 e 207 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.

CRIANÇA E ADOLESCENTE:

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 - ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

LEI Nº 8.242, DE 12 DE OUTUBRO DE 1991 – CONANDA.

Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e dá outras providências.

LEI Nº 8.642, DE 31 DE MARÇO DE 1993 – PRONAICA.

Dispõe sobre a instituição do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - Pronaica e dá outras providências.

DECRETO Nº 99.710, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1990 – Direitos da Criança.

Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança.

DIREITO À INFORMAÇÃO:

LEI Nº 8.159, DE 8 DE JANEIRO DE 1991 – Arquivos Públicos e Privados.

Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

LEI Nº 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997 – Habeas data

Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do *habeas data*.

MULHERES:

LEI Nº 9.029, DE 13 DE ABRIL DE 1995 – Direitos da Mulher.

Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.

LEI Nº 9.799, DE 26 DE MAIO DE 1999 - Acesso da mulher ao mercado de trabalho.

Insera na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho e dá outras providências.

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 - Lei Maria da Penha.

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

LEI Nº 11.106, DE 28 DE MARÇO DE 2005 - Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências. Prevê, dentre outras alterações, a extinção do crime de adultério e a substituição de termos como "mulher honesta" e "mulher virgem". Também extingue dois incisos do Código Penal que permitiam a impunidade do estuprador se a vítima casasse com o agressor ou com terceiro.

LEI Nº 10.886, DE 17 DE JUNHO DE 2004 - Acrescenta parágrafos ao art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado "Violência Doméstica".